



**CONGRESSO DOS  
ARQUITECTOS**

VISEU, 14-16 JUL 2016

**Reabilitar  
Cidade com  
Arquitectura**

**Roteiro  
pela Profissão  
Arquitectura,  
Profissão  
e Qualidade  
de Vida**

**Funchal  
Janeiro 2016**

# ARQUITETURA, PROFISSÃO E QUALIDADE DE VIDA

ROTEIRO  
PELA  
PROFISSÃO

FUNCHAL  
15 JANEIRO  
2016

SALA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL | EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL  
PRAÇA DO MUNICÍPIO



ORDEM DOS  
ARQUITECTOS



Banema  
ARQUITECTOS E ENGENHEIROS

PATROCÍNIO



FUNCHAL  
MUNICÍPIO

PARCEIRO  
INSTITUCIONAL

# Programa

**09:30–10:00**

## **Sessão de abertura**

- Presidente da Câmara Municipal do Funchal, dr Paulo Cafôfo
- Vice-Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos, arq. Pedro Ravara
- Presidente da Delegação da Madeira, arq. Rui Campos Matos

**10:30–12:30**

## **Profissão**

- Ordem dos Arquitectos, arq. José Barra
- Câmara Municipal do Funchal, arq. Manuel Rosa
- FORA – Fagulha Oliveira Ruivo Arquitectos arq.<sup>a</sup> Raquel Oliveira
- Estudante de Arquitectura Madalena Vidigal Vieira
- arq. Jorge Leão de Sousa
- moderação arq. Pedro Ravara

**14:30–16:30**

## **Qualidade de Vida, Arquitectura e Paisagem**

- Ordem dos Arquitectos, arq. Jorge Bonito Santos
- Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, arq. paisagista Pedro Braga
- REF Arquitectos, arq. Ruben Cardoso
- Value4B - Business Solutions, dr Ivo Correia
- moderação arq.<sup>a</sup> Patrícia Gonçalves Costa

**16:30–17:00**

## **Encerramento**

- arq. Pedro Ravara

**17:00–17:45**

## **Lanche de encerramento**

# Apresentação

O trinómio Arquitectura, Profissão e Qualidade de Vida remete-nos para o utilizador da obra construída, para a Arquitectura enquanto resposta ao direito à qualidade de vida dos cidadãos.

A Arquitectura chama a si várias componentes: técnica, artística e social, que, estando na base da sua formação, preparam o arquitecto enquanto profissional para gerir todo o procedimento inerente à obra. Não obstante, verifica-se, nos contextos nacional e europeu, uma tendência para que a liberalização das políticas económicas potencie uma liberalização da prestação dos serviços de arquitectura, abrindo caminho para uma redução da exigência dos parâmetros de qualidade que poderá conduzir a uma falsa ideia de “concorrência” no mercado e a um importante e desastroso equívoco sobre o que é hoje fundamental na disciplina da Arquitectura.

De que maneira podem as estruturas locais influenciar o entendimento e

a acção do colectivo na defesa da arquitectura como geradora de valores culturais e sociais?

Será clara para o utilizador a mais-valia que a arquitectura representa na melhoria da qualidade de vida individual e colectiva, na salvaguarda do património existente e na gestão responsável dos recursos disponíveis?

A época de crise global que atravessamos ditou a transformação do modelo de organização do arquitecto enquanto profissional liberal fechado para si e em si, determinando a urgência de respostas às novas solicitações que passam pela reformulação dos modelos de organização do trabalho – estruturas flexíveis abertas a parcerias nacionais e internacionais.

Estarão os arquitectos portugueses preparados para esta demanda?

Quais são os maiores desafios que se colocam hoje aos arquitectos portugueses no exercício da sua profissão?

# Notas do encontro

A sessão de trabalho iniciou-se com o discurso do Presidente da Câmara Municipal do Funchal, dr Paulo Cafôfo, que agradeceu a realização deste debate no Funchal, saudando a intenção deste programa da Ordem dos Arquitectos. O seu discurso pautou-se pela identificação das estratégias levadas a cabo pela autarquia no âmbito da dinamização da cidade, que passam, antes de tudo, por respeitar a essência dos locais, aquilo a que chamou o respeito pela alma. Insistiu que o processo de dinamização das cidades faz-se não só através da edificação mas também da regeneração social e integradora de todos os habitantes e instituições. Neste sentido, salientou as medidas sociais em curso no município para baixar o IMI, o apoio dado ao arrendamento de famílias carenciadas e os benefícios dados à reabilitação de edifícios com especial interesse no centro histórico. Enquanto presidente entende que os ganhos passam pela satisfação dos cidadãos mas trazem consigo o sentido de responsabilidade dos técnicos. É nesta relação que a

cidade precisa dos arquitectos e, nesta medida, a arquitectura mistura-se com a nossa vida. O fim último da atuação do arquitecto é o princípio da qualidade de vida das nossas vidas.

Seguiu-se a intervenção do arq. Pedro Ravara que agradeceu o acolhimento da Câmara Municipal do Funchal e da Delegação da Madeira, salientando que a Ordem enfrenta no momento uma batalha para defender as condições do exercício da profissão de arquitecto. Trata-se da Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos de arquitectura, entre outros, cuja interpretação é diferente para arquitectos e engenheiros.

Pedro Ravara sublinhou a formação holística e abrangente do ensino da arquitectura que prepara o arquitecto para intervir na dinâmica da cidade tendo em consideração os vários *inputs* sociais e culturais que estão associados às preexistências.

O arq. Rui Campos Matos sublinhou que, desde que a actual direcção

tomou posse, a estrutura local que é a Delegação tem prestado o serviço de promoção da arquitectura como geradora de valores culturais e sociais, através da criação de iniciativas culturais e de disseminação da arquitectura como valor cultural e profissional, da discussão de teses e da publicação de guias que visem dar a conhecer a identidade cultural e arquitectónica da Madeira. Há um esforço em divulgar tudo o que, do ponto de vista arquitectónico, seja decisivo para a qualidade de vida dos cidadãos, considerando que esta é uma das melhores formas de valorizar a profissão.

O painel dedicado à profissão teve a participação do arq. José Barra que apresentou a Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho, fazendo o enquadramento do processo de formação do arquitecto: a inscrição na Ordem dos Arquitectos exige o grau de mestre e hoje, em todo o espaço económico europeu, a formação de um arquitecto compreende, pelo menos, quatro anos de estudos a tempo inteiro (ou seis anos dos quais três a tempo inteiro) em universidade ou escola equivalente, de modo a assegurar uma resposta competente às necessidades exigidas na Lei n.º 9/2009.

O arquitecto fez também o enquadramento do que foi até hoje o quadro regulamentar de enquadramento da profissão desde finais da década de 1960, com o crescimento acentuado da procura de edificação por contraste com a escassez de técnicos habilitados e com formação superior, nomeadamente de arquitectos e de engenheiros, a regulamentação acabaria por permitir a profissionais sem formação superior em arquitectura praticá-la ao longo

de décadas. Mais tarde, em 1988, o legislador começava a dar-se conta dos efeitos indesejados de 15 anos de aplicação: a perda de qualidade da construção e a acentuada degradação das paisagens urbanas. Nesse mesmo ano. recuperava-se, com o Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de junho, um primeiro domínio de arquitectura reservado a arquitectos.

Não obstante a aprovação do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, anexo ao Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de julho, e a vinculação representada pela Diretiva n.º 85/334/CEE, de 10 de julho de 1985, o interesse público da arquitectura haveria de perdurar subestimado. Em simultâneo, os arquitectos portugueses eram internacionalmente reconhecidos e premiados pelas mais prestigiadas instituições.

Em 2002 mais de 55.000 cidadãos conseguiria, através da iniciativa legislativa de cidadãos “Direito à Arquitectura – Revogação do Decreto n.º 73/73, pela primeira vez na democracia portuguesa, chegar à discussão parlamentar que “A elaboração, subscrição e apreciação de projectos de arquitectura compete exclusivamente a arquitectos, validamente inscritos na respetiva Ordem profissional”. Como resultado da iniciativa revogou-se, por fim, o Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro. A entrada em vigor da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, constituiu um marco histórico, ao fixar qualificações compatíveis com as exigências que o superior interesse público reclama na concepção, criação e execução de obras imobiliárias e ao delinear os âmbitos de actividade de arquitectos, engenheiros, engenheiros técnicos e arquitectos

paisagistas, não apenas entre si, como também nas relações com o dono da obra e o construtor.

Apesar do amplo consenso que a nova lei reuniu e de não terem passado ainda cinco anos da sua entrada em vigor, entendeu o XIX Governo propor alterações à Lei n.º 31/2009 e à sua regulamentação operada pela Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro, invocando a necessidade de harmonização com o futuro regime jurídico aplicável ao exercício da actividade de construção, determinado pela Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro. A 1 de junho foi publicada a Lei n.º 40/2015.

O arquitecto esclareceu que, ao contrário do pretendido pelos agrupamentos representativos de profissionais sem qualificações no âmbito da arquitectura, a presente lei reserva os actos de elaboração e de apreciação de projectos de arquitectura ao arquitectos inscritos na Ordem dos Arquitectos. Sem excepções e de modo inequívoco. No âmbito da coordenação do projecto mantém-se o previsto da n.º Lei 31/2009: a coordenação de projecto pode ser exercida por arquitectos, paisagistas e engenheiros.

Este painel contou com o contributo do arq. Manuel Rosa, na qualidade de funcionário público que defendeu: “A Arquitectura é um sacerdócio”. Trouxe à discussão o entendimento da arquitectura enquanto obra de arte para ser admirada, fruída e vivida. É uma arte na qual a dimensão temporal produz efeitos. A obra de arquitectura é bela quando subsiste ao passar dos tempos. O conceito de tempo foi ainda abordado no momento do projecto; segundo o

arquitecto, as novas tecnologias criaram no cliente a noção de que o projecto é agora mais rápido mas, na verdade, não se pode apressar o momento criativo.

Para o arquitecto, os conceitos associados ao belo, ao uso dos espaços e aos requisitos construtivos vão mudando, pelo que o arquitecto deve estar em formação e aprendizagem constantes.

Enquanto funcionário público, elabora projectos de arquitectura e entende a autarquia como dono de obra e os municípios como clientes o que, a seu ver, lhe imputa uma responsabilidade acrescida.

Entende que o Estado deve dar o exemplo na qualidade das obras de arquitectura, sendo que um dos entraves é a prática sistematizada na adjudicação em função do valor mais baixo. É fundamental inverter a lógica do preço mais baixo na adjudicação de obras em defesa da qualidade do resultado final. Identificou também que o excesso de legislação interfere na qualidade da arquitectura por ser extensa e contraditória.

A arq.<sup>a</sup> Raquel Oliveira, de 35 anos, apresentou a sua experiência enquanto co-fundadora do gabinete de arquitetura FORA, que nasceu há cinco anos e explanou como a estrutura do gabinete se construiu em função das características do mercado; com sede em Lisboa, trabalha à distância com parceiros e em vários projectos em simultâneo. Dedicar-se a duas abordagens: os concursos e a encomenda privada, sendo que a percentagem dos projectos concretizados é inferior a um terço dos projetos globais.



De acordo com a arquitecta, os concursos representam uma oportunidade para explorar ideias, abordagem que não tem oportunidade de explorar na encomenda directa. O concurso representa um tempo teórico e experimental que dá consistência ao que se vier a concretizar. É uma consciência cívica e ética do arquitecto.

Sublinhou o esforço da Ordem dos Arquitectos para tornar os processos de concurso mais transparentes e abrangentes, denunciando que há falta de solidariedade dentro da classe.

Esclareceu ainda que grande parte dos concursos em que o gabinete participou envolveu a recriação de um espaço público. Para si, fomentar o colectivo passa pela optimização da proporção do espaço público sobre o espaço privado. No seu entender, a área da reabilitação é superlativa, se encarada como uma oportunidade de preservar os momentos da história sem comprometer o próprio futuro.

A estudante de arquitectura Madalena Vidigal Vieira apresentou a monografia do arq. Rui Goes Ferreira como exemplo do papel do arquitecto na divulgação e geração de novas realidades que potenciam a qualidade de vida dos cidadãos. O trabalho deste arquitecto teve extrema relevância na caracterização da arquitectura que se desenvolveu na Madeira nos anos 60 e 70. Formado na chamada Escola do Porto, trouxe para a Madeira a reflexão do papel social do arquitecto. Desenhou a escala humana usando a paisagem e o lugar como dado cultural a integrar. Foi arquitecto da Federação das Caixas de Previdência, projectou o Bairro do Grémio de Industriais de Bordados e

desenvolveu o projecto da Galeria de Artes Decorativas “Tempo”.

O arq. Jorge Leão de Sousa, um jovem arquitecto e urbanista, apresentou a comunicação intitulada “Um caso entre muitos” através da qual denunciou a dificuldade no ingresso na vida profissional de um modo efectivo. Numa fase em que a emigração é uma realidade no país, fruto da crise económica que se vive, alertou para a problemática de quem opta por ficar. Não há resposta na área e, no tempo, vai-se perdendo a possibilidade de ganhar experiência porque não há, segundo ele, gabinetes de arquitectura que possam pagar aos arquitectos. A esta situação acresce o facto de, a cada ano, estarem a serem formados mais arquitectos que vão ser sujeitos ao mesmo enquadramento. Denunciou ainda que a classe sofre pela falta de consciência na sociedade do papel do arquitecto.

A moderação deste painel esteve a cargo do arq. Pedro Ravara que referiu a preocupação dos jovens arquitectos, assumindo que é uma preocupação dos arquitectos em geral, sublinhando que é pena que não exista uma consciência pública do valor da arquitectura e do papel do arquitecto na sociedade. Neste sentido, entende que é importante apostar na divulgação da arquitectura para criar uma consciência cívica da mais-valia que é o trabalho do arquitecto na prossecução da qualidade de vida dos cidadãos. Concluiu que, no momento actual, o modo como o arquiteto está na profissão obriga a repensar a estrutura do gabinete tal como ficou claro nas comunicações que preencheram o painel.

O segundo painel, dedicado à Qualidade de Vida, Arquitectura e Paisagem, contou com a participação do arq. Jorge Bonito Santos que fez a apresentação da Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, PNAP, em parceria com o arq. paisagista Pedro Braga.

O arq. Jorge Bonito Santos referiu que a arquitectura e a paisagem fazem parte do quotidiano dos portugueses, determinando em grande medida a qualidade das suas vidas, e defendeu o seu papel decisivo para o bem-estar das populações, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, e para a promoção da competitividade territorial, na construção de uma sociedade mais digna, justa e inclusiva.

A arquitectura e paisagem partilham um enfoque e uma esfera de actuação comuns que respeitam ao ambiente construído, à construção dos lugares e à espacialização da acção do homem no território, enquanto expressão de uma cultura e parte integrante de uma identidade colectiva.

A PNAP é uma política de carácter transversal, não apenas pelo ênfase que é colocado nas sinergias existentes entre a arquitectura e a paisagem com vista à prossecução de objectivos partilhados, mas também porque, atendendo à natureza transversal dos domínios em questão, deve ser considerada e integrada nas demais políticas sectoriais com impacto no quadro de vida, no bem-estar e qualidade de vida das populações.

Enfatizou os princípios do interesse público da arquitectura e paisagem, do direito a uma arquitectura e a uma

paisagem de qualidade e da importância da sustentabilidade e da eficiência energética, e os objectivos da PNAP de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses, a prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável e a competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo.

Evidenciou a aposta na reabilitação e regeneração urbanas como um sector estratégico, a importância da integração da arquitectura e da paisagem nas políticas de ordenamento do território e urbanismo e nas várias políticas sectoriais e a necessidade de adopção de práticas de projecto, de construção, de gestão e ordenamento das paisagens éticas e responsáveis, privilegiando soluções e metodologias sustentáveis e valorizadoras da qualidade.

A este respeito, foi salientado o papel decisivo da administração regional e local a quem compete adequar as estratégias e as linhas orientadoras definidas a nível nacional à sua realidade e, no caso da paisagem, de acordo com os objectivos de qualidade definidos, adoptar medidas específicas e adequadas, nomeadamente no quadro da elaboração e implementação dos instrumentos de gestão territorial.

O arq. Ruben Cardoso, em representação do gabinete REF Arquitectos apresentou a comunicação “Transformação do modelo de organização do arquitecto” que espelhou a sua experiência profissional. Na sua comunicação fez uma retrospectiva desde 2004, comparando os cenários para a classe profissional, com o

aumento do número de arquitectos desempregados como consequência da diminuição do número de projectos. Este enquadramento colocou ao arquiteto três hipóteses: 1) emigrar; 2) procurar outro gabinete de arquitectura; e 3) trabalhar por conta própria. Acresce a este cenário a constatação de que os arquitectos que ficaram desempregados tinham muita experiência de projecto mas pouca experiência na angariação de clientes. Para o arquitecto, enfrentar e superar este cenário obriga a sair da zona de conforto, reinventar a profissão todos os dias, não trabalhar sozinho com o objectivo de partilhar o risco, investir em parcerias, aceitar novos desafios e investir em mercados difíceis. Em suma, o cenário de crise e de instabilidade que se vive na classe obrigou a uma mudança de mentalidade no modo como “se está” na profissão.

O dr Ivo Correia, representante da Value4 - Business Solutions, apresentou a sua comunicação estabelecendo o paralelo entre o que é ser economista e ser arquitecto. O seu objetivo enquanto profissional é compreender as mudanças do mercado e da economia de forma global, relacionando-as com as actividades económicas específicas da área em que actua. É seu objetivo garantir a saúde financeira de uma indústria, comércio ou órgão público, desenvolvendo projectos que sejam viáveis.

Para este economista, a arquitectura é o registo físico evidente da nossa identidade, história e cultura, com impacto importante na educação de uma sociedade. É um legado histórico que valoriza a nossa qualidade de vida enquanto seres humanos; neste sentido, o arquitecto é responsável por pensar

e criar espaços, em ambientes internos ou externos, que atinjam o objectivo pretendido, ou seja, o de reunir pessoas, mantê-las em estado de concentração, gerar uma sensação ou marcar um lugar. *“Os arquitectos não servem só para te indicar qual é o melhor material para usar em determinado ambiente. Os arquitectos realizam sonhos e, o melhor, ajudam a realizar a forma como as pessoas sonham.”*

Segundo Ivo Correia, a linha condutora entre o mundo dos negócios, Arquitectura, Paisagem e Qualidade de Vida é a Paixão. O modelo económico vigente no mundo – do início do século XVII – parte da premissa de que os benefícios sociais são conquistas exclusivas do crescimento económico, por oposição à economia ecológica que se sustenta na premissa de que este é o grande equívoco da economia clássica, defendendo a substituição do PIB pelo Índice de Qualidade de Vida, que contempla: saúde ambiental, saúde humana: física, psíquica e espiritual, redução da distância entre pobres e ricos, redução do consumismo, valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas para que sejam preservados, actividades económicas ao serviço do homem e não o contrário.

A arq.<sup>a</sup> Patrícia Gonçalves Costa moderou o debate lançando a questão sobre o que é necessário para uma correcta implementação da PNAP, quais são as condições necessárias? e como poderá ajudar o problema que o arq. Jorge de Sousa relatou e com o qual todos nós, de um modo ou de outro, nos debatemos no exercício da profissão?

O painel respondeu às questões colocadas, tendo referido que as

condições necessárias para uma correcta implementação da PNAP passam pela competência da administração central integrar a temática da paisagem e da qualidade da arquitectura nas políticas sectoriais, em particular nas que têm impactos no território, definindo princípios gerais, estratégias integradas e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem e a qualificação da arquitectura e dos espaços urbanos. À sociedade civil em geral, e a cada cidadão em particular, cabe a responsabilidade e o dever de participar nos processos de planeamento e tomada de decisão, e de contribuir para a melhoria e qualificação dos espaços e estruturas que constituem o seu quadro de vida quotidiano, evitando a sua degradação e contribuindo para a sua manutenção, projectando as suas aspirações e procurando responder às suas necessidades.

Foi também salientado que aos profissionais das áreas relacionadas com a arquitectura e a paisagem compete dar resposta adequada e de qualidade à implementação das medidas de política que forem definidas e contribuir para que as transformações do território, do quadro de vida edificado e das paisagens, se processem em termos compatíveis com os objectivos de qualificação e sustentabilidade propostos na PNAP.

# Observações finais

Dos vários temas abordados e com base nas comunicações e participações em sede de debate é denominador comum a tomada de consciência da necessidade de se repensar a estrutura do tradicional gabinete de arquitectura com vista a transformá-lo numa estrutura sustentável e flexível com parcerias no sentido de partilha do risco bem como de usufruto do conhecimento pluridisciplinar desde os primeiros momentos do pensar no projecto, entendimento que é hoje facilitado pelas novas tecnologias.

Ficou também patente, nas apresentações e relatos das experiências profissionais, que as novas estruturas que permitem exercer a

profissão de arquitecto estão assentes no espírito de empreendedorismo, que obriga a uma reinvenção diária e atenta às necessidades das pessoas.

É também consensual que o arquitecto enquanto gestor do processo é o técnico que tem na sua formação as disciplinas que o preparam para uma abordagem holística, aquela que representa uma mais-valia para o resultado final.

No âmbito das Políticas Públicas de Arquitectura, a divulgação da arquitectura e da qualidade na arquitectura é um veículo superlativo na criação de uma cultura cívica que evidencia a mais-valia do arquitecto na prossecução da qualidade de vida do cidadão.

## Organização



MUNICÍPIO DE  
**VISEU**

Patrocinadores  
DNA 2016

**VMZINC**



**ageas**  
seguros

**Gypotec**  
IBÉRICA



**GUARDIAN**  
Wood Technology Flooring Products

**J. Pinto Leirão**  
WOOD TECH  
**viroc** **valchromat**

**ageas**  
seguros